

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Não é possível realizar corte de tributos no curto prazo, afirma Mansueto.....	2
Título: Clima de desconfiança desacelera governo	4
Título: Minério pode chegar a US\$ 100, dizem analistas	6
Título: Destaques	7
Título: Equinor considera disputar megaleilão da cessão onerosa.....	8
Título: Petrobras avalia eliminar diretoria de Estratégia	10
Título: AGU pede que Vale pague teste de qualidade da água	11
Título: Chinesa CGN fecha compra da Atlantic Renováveis	13
Título: Governo precisa se coordenar, diz Parisotto	14
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: Eletrobrás cogita debênture para pagar bônus de julho	15
Título: Conselheiros privados do CNPE podem cair por ‘conflito de interesses’	16
Título: MP diz que edital do leilão da Norte-Sul favorece a Vale.....	17
Título: ‘Ferrovia não é trajeto Londres-Paris’, argumenta ministro	18
Título: PF investiga excesso de água e falha na drenagem da barragem de Brumadinho	20
Título: MP estuda ir à Justiça para desativar estruturas.....	22
Título: ‘País úmido, como o Brasil, não deveria ter barragem à montante’	22
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	24
Título: Aneel faz "pente-fino" para diminuir subsídios dados a clientes de energia.....	24
Título: Senadores já têm assinaturas para criar CPI de Brumadinho	26
Título: Vale se corrige e diz que não decidiu sobre exploração de rejeitos.....	27
Título: Doria vai aumentar tributos para compensar ICMS menor a setor aéreo	27

VEÍCULO: O Globo	29
Título: Nem prevenir nem remediar	29
Título: 'VAI ACONTECER'	31
Título: Geólogo sabia de risco 15 dias antes de rompimento.....	31
Título: Justiça manda mineradora pagar R\$ 13,5 milhões por custos de resgate	33
Título: Crise da Vale afeta mercado de minério de ferro.....	33
VEÍCULO: Correio Braziliense	35
Título: Cade avalia privatização.....	35
Título: Barragem do Paranoá requer intervenção	36

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Leila Souza Lima | De São Paulo

Título: Não é possível realizar corte de tributos no curto prazo, afirma Mansueto

O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, afirmou ontem que não há espaço para corte de tributos no curto prazo. "Quando o ministro Paulo Guedes fala em fazer reformas e abrir espaço para discutir o federalismo fiscal, ele não está falando em curtíssimo prazo. Fala em cinco meses, um ano", disse o secretário em evento em São Paulo.

Segundo Mansueto, se o plano de ajuste fiscal for para a frente, "aí sim haverá espaço para corte de imposto no Brasil". Mas isso é mais no médio prazo, frisou.

"Muitas questões da reforma [tributária] o ministro [Paulo Guedes] já falou. Por exemplo de reduzir imposto sobre pessoa jurídica, de tributar dividendos. São propostas sobre as quais ele falou e que já estavam em estudo no governo

passado", disse Mansueto, que também era integrante da gestão de Michel Temer.

O secretário do Tesouro voltou a dizer que não há como haver superávit primário neste ano. "E nem o ministro Paulo Guedes fala isso. Ele diz eventualmente em ter déficit zero, que não é superávit primário. Ninguém trabalha com esse cenário", afirmou.

Ele destacou que o ministro da Economia fez inclusive uma ressalva, de que é possível zerar o déficit desde que o país tenha um volume muito grande de receita extraordinária. "Isso significa resolver a questão da cessão onerosa", pontuou o secretário do Tesouro. A meta fiscal autorizada pelo Congresso é de um rombo de até R\$ 139 bilhões em 2019.

Segundo ele, para tanto, é preciso haver tempo para fazer o leilão e receber toda a outorga ainda neste ano. "Se for muito no fim do ano, há risco de o pagamento da outorga entrar só no ano que vem."

Mansueto ponderou, porém, que as negociações entre o governo e a Petrobras estão avançadas. "Estão indo bem e eventualmente isso pode se resolver muito rápido." Pelo contrato de 2010, a União cedeu à Petrobras o direito de produzir até 5 bilhões de barris no pré-sal como parte da capitalização da empresa. O acordo entre as partes deve destravar a realização do leilão dos excedentes da cessão onerosa (volumes descobertos que ultrapassam os 5 bilhões de barris).

Ainda sobre o ajuste fiscal, Mansueto afirmou que ele terá de vir por meio de corte de despesas, mas é um desafio grande com um Orçamento carimbado como é o do governo federal.

De acordo com ele, o gasto com pessoal no Brasil é excessivo, num ambiente em que essa despesa é colocada como obrigatória no Orçamento.

Em relação à reforma da Previdência, Mansueto disse que a meta do governo é aprovar as novas regras neste ano. Ele observou, no entanto, que há mais de uma versão que pode ser apresentada para a reformulação do regime.

"Normalmente, quando você fala em projeto pronto é construir três, quatro, cinco, seis versões. Agora saber qual será enviada ao Congresso é uma decisão política, o que é normal. E uma vez que você envia, ainda vai ter a discussão no Congresso." Ele não informou se os militares estão em todas as versões aventadas pela equipe econômica.

Mansueto disse que, apesar de o mercado ter ficado apreensivo, o importante é aprovar a reforma em 2019, ressaltando que ela só terá impacto no ano seguinte.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/02/2019****Seção: Política****Autor: Por Andrea Jubé e Carla Araújo | De Brasília****Título: Clima de desconfiança desacelera governo**

No entorno do vice-presidente, general Hamilton Mourão, há um sentimento de que o clima de desconfiança estimulado por aliados do presidente Jair Bolsonaro o levou a reassumir o cargo, 48 horas após a cirurgia, antes de estar totalmente habilitado para a retomada das funções presidenciais. O prolongamento da internação e a resistência interna em ver o general no comando do país colocam em compasso de espera decisões estratégicas como o texto final da reforma da Previdência, o acordo sobre a cessão onerosa do excedente da Petrobras e a medida provisória do recadastramento de armas.

Além disso, a palavra de ordem entre ministros palacianos durante o afastamento de Bolsonaro é silêncio. Num governo sem voz, o general Mourão, de personalidade expansiva, mostrou-se aberto à imprensa e disposto a repercutir os fatos relevantes do país. No entanto, foi pressionado a se conter. Ele suspendeu, por exemplo, uma rodada de entrevistas que concederia a veículos estrangeiros, e tem falado menos com jornalistas que o aguardam na saída do gabinete.

Não há data estimada, entretanto, para a alta médica do presidente. O último boletim divulgado pelo hospital Albert Einstein diz que o presidente desenvolveu pneumonia.

Internado há 12 dias, depois de se submeter a uma complexa cirurgia de retirada da bolsa de colostomia e reconstrução do trânsito intestinal, o presidente empenha-se em se recuperar rapidamente: faz exercícios de fisioterapia, caminha pelo corredor do hospital. No entanto, continua debilitado, alimentando-se por sonda, internado na Unidade de Terapia Semi-Intensiva e com visitas restritas. Em um post recente no Twitter, o filho Carlos Bolsonaro escreveu que esta "terceira cirurgia foi bem mais delicada que a segunda", mas advertiu que o pai "está voltando".

A previsão inicial no dia 30 de janeiro, quando Bolsonaro teve alta médica da Unidade de Terapia Intensiva (UTI), era de que despachasse com ministros no escritório montado nas dependências do hospital. Os ministros da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, de **Minas e Energia**, **almirante Bento Albuquerque**, do Meio Ambiente, Ricardo Salles estavam nessa agenda, que acabou sendo cancelada.

Por estar impedido de receber visitas e mesmo de falar em excesso, o porta-voz da Presidência, general Otávio do Rêgo Barros, chegou a afirmar que Bolsonaro iria deliberar assuntos do governo com os ministros pelo celular. "É possível direcionar, dar diretivas aos ministros" por meio de aplicativo.

Com o afastamento do presidente e os ministros resguardados, Mourão despontou com uma imagem arejada em relação à campanha, quando deu declarações polêmicas sobre o 13º salário e as "fábricas de desajustados", sobre famílias de mães solteiras. Ele construiu boa relação com a imprensa, irritando bolsonaristas que fazem ataques constantes à mídia.

No exercício da Presidência, no dia 29, Mourão defendeu que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva fosse liberado para comparecer ao enterro do irmão Genival Inácio da Silva por uma "questão humanitária".

Ontem, ao receber representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ligada ao PT, para falar sobre a reforma da Previdência, ponderou que isso era "democracia".

Ele também irritou auxiliares da área internacional, para quem Mourão teria avançado o sinal nas avaliações sobre a Venezuela, afirmando, por exemplo, que o Brasil poderia prestar ajuda humanitária ao país enviando medicamentos e comida, até mesmo as coletadas por meio de doações de brasileiros.

Para evitar rumores de fogo amigo, as críticas internas ao vice acabaram terceirizadas para aliados de fora do governo, mas próximos à família Bolsonaro. O filósofo Olavo de Carvalho, apontado como o "guru" de Bolsonaro - e padrinho de dois ministros, o chanceler Ernesto Araújo e o da Educação, Ricardo Vélez-Rodríguez - chamou Mourão de "charlatão desprezível" e o acusou de tramar contra o presidente.

Também ligado aos auxiliares da área internacional e ao filho mais novo, Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), Steve Bannon, ex-estrategista do presidente dos Estados Unidos Donald Trump, disse que Mourão é "desagradável, pisa fora da sua linha", e que foi uma decisão sábia Bolsonaro não lhe delegar responsabilidades. Bolsonaro não apenas não delegou atribuições a Mourão, como vetou que o vice se instalasse no terceiro andar do Planalto, como era desejo do general.

Em meio a esse acirramento de ânimos, contudo, Mourão tem saído em defesa do presidente, e seus interlocutores ressaltam que ele mantém boa relação com Bolsonaro. Quando ficou evidente que havia uma divergência entre Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, quanto à idade mínima de homens e mulheres para a aposentadoria, Mourão protestou que não era esse o desejo do

presidente. "Guedes, na visão dele, é todo mundo igual. Não é isso que se busca hoje, a igualdade?", ironizou. "O decisor é ele: o presidente". "Ele que foi eleito, nós aqui somos atores coadjuvantes", ressaltou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Por Jake Lloyd-Smith | Bloomberg, de Cingapura

Título: Minério pode chegar a US\$ 100, dizem analistas

O mercado de minério de ferro está enfrentando um choque de oferta, enquanto os problemas se acumulam para a Vale. Após o desastre no mês passado, a empresa sinalizou a perda potencial de cerca de 70 milhões de toneladas de produção anual e declarou força maior em alguns contratos, embora afirme que parte da lacuna pode ser compensada.

A cascata de eventos impulsionou os preços do minério de ferro, solapou as ações da Vale e deu suporte para as ações de produtores rivais. No último revés, a licença da Vale para operar uma barragem vital para a produção em uma de suas maiores minas, Brucutu, foi revogada por um regulador estadual. Isso significa que a retomada da operação no local passou a ser condicionada à derrubada de uma liminar judicial quanto ao restabelecimento da licença da barragem.

Para Takeshi Irisawa, analista do setor siderúrgico da japonesa Tachibana Securities, os problemas da Vale "emergiram como um novo risco, colocando pressão sobre os lucros das siderúrgicas". Ele previu que os custos do minério de ferro provavelmente subirão no próximo trimestre, mas deu um alerta sobre a importância relativa desse movimento. Uma preocupação maior para usinas é equilibrar preços dos produtos siderúrgicos em meio a atritos comerciais, disse. Mesmo que o minério atinja US\$ 100 a tonelada, provavelmente não permanecerá nesse patamar por muito tempo, já que as mineradoras aumentarão a oferta, enquanto a demanda mundial por aço não é tão forte, disse Irisawa.

O jornal britânico "Financial Times" informou, por sua vez, que os preços do minério com teor de ferro de 62% atingiu recorde de quase dois anos ao atingir ontem, no mercado futuro, US\$ 90,50 por tonelada, de acordo com a S&P Global Platts.

A tentativa da Vale de fazer com que a produção de Brucutu voltasse a funcionar ficou ainda mais difícil, dada a revogação da licença da barragem, de acordo com o Commonwealth Bank da Austrália, que reafirmou sua previsão de

que os preços podem agora atingir US\$ 100 por tonelada. "O esforço legal adicional para a Vale reiniciar a produção normal em Brucutu significa que o pico de preço do minério de ferro pode durar semanas", disse em nota. A última vez em que preços à vista de referência atingiram 3 dígitos foi em 2014.

Enquanto a situação no Brasil permanece fluida, a Wood Mackenzie fez algumas análises preliminares para ver o patamar em que o minério de ferro pode chegar. Com base em uma suposição de que a empresa perde 50 milhões de toneladas de produção no total neste ano, os preços podem ficar em torno dos US\$ 80, segundo analista Rohan Kendall. Antes dos problemas da Vale, a consultoria via o preço a US\$ 67 neste ano. A perda bruta de 50 milhões de toneladas leva em conta 30 milhões de toneladas da mina de Brucutu, mais uma redução líquida de 20 milhões de toneladas de um corte planejado de 40 milhões de toneladas em três anos. "Em última análise, o impacto dependerá de quanto tempo a mina de Brucutu ficará fechada", afirmou, destacando que a Vale está recorrendo da decisão. Até ontem, porém, a mineradora não tinha novidades sobre esse recurso.

O Goldman Sachs diz que, dada a dificuldade de fornecimento da Vale, outras mineradoras provavelmente vão entrar em cena com produção adicional, e essa nova oferta ajudará a puxar o minério de ferro de volta para baixo em 2019. "Qualquer alta sustentada de preços provavelmente desencadeará respostas de oferta", levando o preço a terminar o ano abaixo dos níveis atuais, disse o banco. Ainda assim, o maior impacto provavelmente será visto no mercado de pelotas, acrescentou. Os preços de referência do banco são de US\$ 80 a tonelada em três meses, US\$ 70 em seis e US\$ 65 em 12.

As dificuldades da Vale irão beneficiar os principais rivais da empresa, e suas ações ampliaram os ganhos em Sydney, ontem. A Rio Tinto, segunda maior produtora de minério de ferro, subiu até 2% e foi negociada no nível mais alto desde 2008. No ano, as ações da Rio Tinto avançam 18%. A Fortescue subiu 4%, enquanto a BHP, a maior mineradora do mundo, também avançou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/02/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Contratos da Petrobras

O presidente Jair Bolsonaro anunciou pelo Twitter que determinou a reavaliação dos contratos de patrocínio da Petrobras para a área da cultura. A

soma dos patrocínios dos últimos anos, segundo o presidente, passa de R\$ 3 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Equinor considera disputar megaleilão da cessão onerosa

A petroleira norueguesa Equinor estuda participar do megaleilão do excedente da cessão onerosa que o governo pretende realizar no segundo semestre deste ano. No foco da companhia, que, desde 2017, desembolsou cerca de US\$ 3 bilhões em aquisições de ativos e quase R\$ 2 bilhões em bônus de assinaturas em leilões petrolíferos no Brasil, também estão a 16ª Rodada da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e o 6º Leilão do Pré-sal, previstos também para este ano.

"O excedente da cessão onerosa pode ser uma oportunidade este ano, se for atrativa comercialmente", afirmou a vice-presidente executiva de Desenvolvimento e Produção da Equinor no Brasil, Margareth Øvrum, ao **Valor**. "Mas nós não sabemos as condições ainda".

Margareth, que assumiu o principal posto da empresa no Brasil às vésperas do segundo turno da eleição presidencial no ano passado, contou ter bom relacionamento com o novo governo e que está otimista com o desenvolvimento dos negócios no país. Ela acrescentou que o Brasil tem tradição de respeitar contratos e que os planos da Equinor para o país são de longo prazo. Segundo ela, o Brasil é uma área prioritária para o grupo, junto com Estados Unidos e a sede Noruega. "As oportunidades no Brasil são enormes", disse a executiva.

Margareth conversou por telefone com o **Valor**, após participar de evento sobre divulgação dos resultados de 2018 e projeções da companhia para 2019, em Londres. Na ocasião, ela contou que a empresa dobrou para 1 bilhão de barris de óleo equivalente (BOE) a meta de volume adicional de óleo e gás recuperáveis no campo gigante de Roncador, na Bacia de Campos, junto com a Petrobras.

A Equinor, que inicialmente previa acrescentar 5 pontos percentuais ao fator de recuperação do campo, de 29%, pretende agora adicionar 10 pontos percentuais, chegando próximo a um fator de recuperação de 40%.

Com atuais ativos no país, plano da Equinor é atingir produção de 300 mil a 500 mil barris ao dia de petróleo em 2030

"Roncador está entre os 'top-3' campos de produção da Petrobras. No ano passado, nossa ambição era aumentar o fator de recuperação em 5 pontos percentuais adicionais, e isso é 500 milhões de barris [de óleo equivalente]. Depois de sete meses de colaboração, nós acordamos em dobrar essa ambição agora, próximo de 40% de fator de recuperação", afirmou, na apresentação, em Londres. Segundo a executiva, Roncador tem cerca de 10 bilhões de BOE "in place" (no local).

Em junho do ano passado, as duas companhias concluíram transação na qual a Equinor adquiriu 25% de participação em Roncador. De acordo com informações da Petrobras, a norueguesa pagou US\$ 2 bilhões, além de um adiantamento de US\$ 117,5 milhões dado na data de assinatura dos contratos, em dezembro de 2017. Além disso, a Equinor realizará pagamentos contingentes, referentes aos investimentos nos projetos que visam ao aumento do fator de recuperação do campo, limitados a US\$ 550 milhões. A Petrobras permanece operadora do campo, com 75% de participação.

Sobre a área de Carcará, no bloco BM-S-8, e o bloco adjacente de Carcará Norte, no pré-sal da Bacia de Santos, onde a Equinor é operadora, com 40% de participação, Margareth contou que o "break-even" (ponto de equilíbrio financeiro) está abaixo de US\$ 35 por barril. "É há potencial para [reduzir] mais", afirmou ela. A expectativa da empresa é iniciar a produção no local entre 2023 e 2024.

Considerando o portfólio atual do grupo no Brasil, a expectativa da Equinor é atingir produção de 300 mil a 500 mil barris diários de petróleo, em 2030, ante produção atual de 90 mil a 100 mil barris diários. Para isso, a companhia prevê investir cerca de US\$ 15 bilhões até 2030. Esse valor, explicou Margareth, poderá aumentar ou diminuir a depender dos resultados das atividades de exploração.

Em 2018, a produção global de óleo e gás da Equinor somou 2,111 milhões de BOE, com alta de 1%, em relação ao ano anterior. Para 2019, a previsão do grupo é um volume de produção em linha com 2018. Até 2025, a expectativa é de crescimento anual médio de 3%.

A companhia fechou 2018 com lucro líquido de US\$ 7,5 bilhões, com crescimento de 64% ante 2017, e receita líquida de US\$ 79,6 bilhões, montante 30% maior na mesma comparação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, André Ramalho e Francisco Góes | Do Rio

Título: Petrobras avalia eliminar diretoria de Estratégia

A Petrobras analisa a possibilidade de eliminar a diretoria de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão. Entre as atribuições atuais da diretoria, estão a elaboração de cenários de longo prazo e a organização do plano de negócios plurianual da estatal. Segundo o presidente da empresa, Roberto Castello Branco, o assunto está sendo avaliado, mas ainda não há nenhuma decisão tomada.

"Houve uma desistência e vamos ver se mantemos a diretoria de Estratégia, ou não. Estamos analisando a questão", afirmou Castello Branco, ao **Valor**. "[A diretoria de estratégia] pode ser [desfeita], ou não. Não tomei nenhuma decisão", completou.

Indicado para o cargo, Lauro Cotta desistiu do posto no fim de janeiro, alegando motivos pessoais. Desde então, a diretoria é acumulada pelo diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Rafael Grisolia. Cotta foi diretor presidente da SHV Gás Brasil.

Cotta seria o substituto de Nelson Silva, que coordenou a elaboração do Plano de Negócios 2019-2023 da empresa, que prevê investimentos de US\$ 84,1 bilhões nos próximos cinco anos.

A Petrobras possui atualmente sete diretorias executivas, além da presidência. Apenas dois nomes da gestão anterior permaneceram. Além de Grisolia, continua no cargo Rafael Mendes Gomes, diretor de Governança e Conformidade.

Com relação à nova composição do conselho de administração da companhia, Castello Branco destacou a formação e as características diferentes dos integrantes. "[O conselho] passou por algumas mudanças e acho que a formação é muito boa. É um time muito bom, de pessoas muito bem qualificadas e com visão de negócio, com visão estratégica", afirmou o executivo, acrescentando que há um entrosamento entre os integrantes. "É

como um time de futebol. Você tem pessoas com características necessariamente diferentes, com visões diferentes", completou.

Os nomes indicados pelo governo para o conselho são Nivio Ziviani, professor do departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e especialista em tecnologia da informação; João Cox, ex-presidente da Claro; e o almirante Eduardo Leal Ferreira, que assumirá a presidência do colegiado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Carla Araújo, Rafael Bitencourt e Marcos de Moura e Souza | De Brasília e Belo Horizonte

Título: AGU pede que Vale pague teste de qualidade da água

A Advocacia-Geral da União (AGU) ajuizou ontem ação cautelar na Justiça Federal de Belo Horizonte para obrigar a Vale a contratar um laboratório especializado para realizar análise da qualidade da água disponível para consumo humano nas 18 cidades afetadas pelo rompimento da barragem em Brumadinho (MG).

Em nota, o advogado-geral da União, André Mendonça, que teve encontro ontem com o presidente da empresa, Fabio Schvartsman, disse que é preciso resultados rápidos por conta do avanço da lama e do risco potencial à saúde humana. "Neste momento, é fundamental termos conhecimento da qualidade da água que está sendo destinada ao consumo humano, para evitar a contaminação de pessoas por componentes nocivos à saúde e dar segurança aos moradores de que a água consumida é potável."

A AGU também pede para que seja aplicada multa de R\$ 100 mil caso a Vale descumpra a medida cautelar, e de R\$ 1 milhão caso tente influenciar o resultado dos exames. O pedido de liminar prevê que as amostras sejam colhidas por agentes do Sistema Único de Saúde (SUS) e os resultados sejam entregues diretamente à União.

Em Belo Horizonte, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, defendeu que a mineradora formalize um acordo extrajudicial com as vítimas da tragédia da cidade de Brumadinho (MG) e pague logo as indenizações a elas devidas.

O ministro também pediu prudência e condenou atitudes que chamou de precipitadas, como a prisão de cinco profissionais que atestaram a estabilidade

da barragem de minério de ferro da empresa que acabou ruindo há duas semanas. O STJ determinou esta semana a soltura dos cinco.

"Eu acredito que a Vale devia buscar o caminho da conciliação, sentar com todos, negociar, discutir", disse Noronha. Segundo o ministro, mesmo que se parte das vítimas não se interessar em fechar um acordo, a empresa deveria negociar com quem está disposto. "Mas é preciso que aconteça logo."

O Ministério Público em Minas Gerais vem buscando intermediar com a empresa acordos por meio dos quais a Vale atenda as vítimas e valores de indenização.

Relatório concluído em outubro de 2015 por auditores do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) já alertava as autoridades sobre o risco de "colapso administrativo" do órgão federal responsável por cuidar do setor de mineração. Trata-se do antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) que foi transformado, no ano passado, na Agência Nacional de Mineração (ANM).

Entre as atribuições do antigo DNPM estava a fiscalização de barragens de rejeitos minerais semelhantes à da Vale. O documento da CGU, intitulado "Anual de Contas", reúne informações sobre os trabalhos de campo realizados entre os dias 15 de junho e 10 de julho de 2015. Os dados foram levantados para lançar um alerta a outros órgãos federais, como Tribunal de Contas da União (TCU).

No tópico Avaliação de Risco, o relatório indica que não há identificação clara de processos e diagnósticos de diversas áreas que "permitam detectar a probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-las". Ressalta que o DNPM dependia, na maioria dos casos, apenas da experiência de seus servidores para cumprir suas atribuições, embora muitos funcionários de carreira somavam mais de 30 anos de conhecimento acumulado no setor.

Sobre a avaliação de procedimento e atividade de controle, os auditores concluíram que os controles internos do DNPM "apresentam fragilidades, necessitando, inicialmente, da adoção e a implementação de ações estruturantes". Neste caso, a órgão chama atenção para a necessidade de, de novo, dedicar uma atenção especial "aos aspectos da Gestão de Riscos e do Monitoramento".

A CGU destaca que um dos principais gargalos do DNPM - atual ANM - estava relacionado à gestão de pessoas. Neste aspecto o órgão de controle é mais

incisivo quanto ao risco de desestruturação do departamento por meio da saída massiva de servidores já aptos a se aposentarem.

Com a ANM criou-se a expectativa de que o setor contaria com um órgão fiscalizador estruturado, a exemplo de outros ramos regulados, como Aneel e ANP. Apesar de ter sido criada no ano passado, a agência foi instituída apenas na virada de 2018 para 2019, com a posse de seus diretores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo

Título: Chinesa CGN fecha compra da Atlantic Renováveis

A China General Nuclear Power Group (CGN) assinou um contrato para adquirir a Atlantic Energias Renováveis, da gestora britânica Actis, apurou o **Valor** com fontes com conhecimento direto da situação. Tradicional operadora de projetos de geração nuclear, a CGN também opera ativos de fonte renovável.

A Atlantic é um dos veículos voltados para energias renováveis da Actis no Brasil, um dos investimentos de um fundo de US\$ 1,4 bilhão lançado em 2013 com duração de dez anos. A companhia tem 642 megawatts (MW) em potência instalada por meio de projetos eólicos nos estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia e Rio Grande do Sul.

A Atlantic tem 60 MW em operação por meio de dois parques no Rio Grande do Norte; 180 MW no Complexo Morrinhos, na Bahia; 207 MW no Complexo Santa Vitória do Palmar, no Rio Grande do Sul; e 195 MW no Complexo Lagoa do Barro, no Piauí.

O contrato de venda foi assinado, mas a operação ainda não foi concluída pelas partes, segundo as fontes. Antes disso, precisam ser cumpridas determinadas condições precedentes ao negócio.

Quando concluída, será a segunda grande aquisição da CGN de ativos de energia renovável no Brasil em menos de um mês.

Em 16 de janeiro, a chinesa assinou um acordo para compra de três projetos de geração renovável da italiana Enel, somando 540 MW, por R\$ 2,9 bilhões - montante que serve de referência para a aquisição da Atlantic, segundo fontes. Foram vendidos os parques solares Nova Olinda (292 MW), localizado no Piauí,

e Lapa (158 MW), na Bahia, além do parque eólico Cristalândia (90 MW), também na Bahia.

Segundo informações do site da CGN, com base em dados do fim de 2018, a companhia opera hoje 22 usinas nucleares, com potência de 24,3 GW, e tem outras seis em construção com capacidade de 7,43 GW. Em renováveis, tem 11,3 GW na fonte eólica em operação e mais 2,38 GW da fonte solar. O portfólio se completa com 11,6 GW em projetos de energias renováveis em outros países.

Com a venda da Atlantic, a Actis ainda terá dois veículos de investimento em renováveis no Brasil. A Echoenergia, que investe em renováveis e já tem 952 MW em projetos eólicos contratados, e a Atlas Renewable Energy, voltada para a fonte solar na América Latina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/02/2019

Seção: Finanças

Autor: Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo

Título: Governo precisa se coordenar, diz Parisotto

Empresário e um dos maiores investidores individuais da bolsa brasileira, Lírio Parisotto não está ainda tão animado como seus pares com o andamento do novo governo federal. Para ele, falta articulação para que sejam encaminhadas as reformas da Previdência, política e tributária.

"O governo precisa se coordenar, está uma briga de egos que não é legal. Um diz que a reforma [da Previdência] é de um jeito, o presidente diz que não concorda, precisa haver uma coordenação, sem cada qual emitir sua opinião", disse Parisotto ao **Valor**. "Bolsonaro precisa mostrar quem é o 'capo'." Capo, em italiano, é o chefe, o manda-chuva.

Para Parisotto, o maior avanço recente foi a reforma trabalhista, feita no governo Michel Temer. "Todos que aprovaram perderam a eleição, mas às vezes arrumar um país custa isso. Aliás, esse é o maior problema", avalia.

O fundo Geração Futuro L.Par, que reúne os investimentos de Parisotto em bolsa, acumula rendimento de 240,3% em três anos, até dezembro. No mesmo período, o Ibovespa rendeu 10,27% e o CDI rendeu 33,4%. O fundo tem patrimônio de R\$ 2,73 bilhões. Somente em 2018, a rentabilidade foi de 27,9%. Em dividendos, juros sobre capital e alugueis de ações, ganhou R\$ 118 milhões.

No portfólio, estão ações da mineradora Vale, que já impactam o rendimento de 2019. Os papéis da empresa despencaram 24% desde o rompimento da barragem em Brumadinho (MG), que já resultou em 150 mortos e 182 pessoas ainda desaparecidas. "Foi uma tragédia, não tem como comentar tragédia", disse, questionado sobre as consequências para a empresa. "A queda da ação da Vale me tirou 3% de resultado do fundo. Ironicamente e infelizmente, no final dessa história, a empresa deve fazer o melhor resultado dela este ano, com a alta que teve o minério de ferro".

Ele avalia que o impacto de multas e de suspensão de produção para descomissionamento de barragens será marginal perto do tamanho da companhia. Questionado se cabe ativismo nesse caso, já que investidores americanos já têm se armado para uma briga com a Vale por possível displicência, Parisotto citou outra companhia. "Ativismo estou fazendo na Braskem. A prática é monopolista", diz. A Braskem é controlada pela Petrobras e pela Odebrecht e há contrato de fornecimento com a estatal de petróleo. Ambas foram alvo da Lava-Jato.

Em outubro passado, um acionista minoritário da Braskem acionou a companhia judicialmente, pedindo reparação de danos por parte da Odebrecht, por abuso de poder na petroquímica. Parisotto pediu em seguida para se consorciar à ação. O fundo L.Par tem cerca de 1% do capital da petroquímica e, no ano passado, chegou a indicar membros para o conselho de administração e conselho fiscal.

O fundo investe também em ações das siderúrgicas CSN e da Usiminas, que também podem ser afetadas em caso de revisão de políticas e licenças sobre barragens. As maiores participações na carteira do L. Par, no entanto, são ações do Banco do Brasil e da Eletrobras - que, somente nos últimos 12 meses, acumulam alta de 36% e 54%, respectivamente. Também teve peso positivo relevante o desempenho de ações da Celesc.

Parisotto participou de evento, em São Paulo, promovido pela XP Investimentos com o secretário da Fazenda do Estado, Henrique Meirelles e investidores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/02/2019

Seção: Colunas

Autor: CRISTIANE BARBIERI E DAYANNE SOUSA

Título: Eletrobrás cogita debênture para pagar bônus de julho

Coluna do Broadcast

A Eletrobrás pode recorrer a uma emissão de debêntures para honrar os cerca de US\$ 1 bilhão de bônus que vencem no início de julho. A estratégia estaria sendo pensada porque, provavelmente, a companhia não conseguirá colocar em pé uma pretendida nova captação de bônus a tempo de honrar o compromisso. Embora o vencimento só ocorra daqui a cinco meses, o balanço da companhia de 2018, que a elétrica usaria como referência nos prospectos para apresentação aos investidores externos, só sai em 25 de março. Além disso, a empresa tem de apresentar seus números de balanço também às autoridades do mercado norte-americano. Como é de capital misto e muito grande, todo esse processo de produção da documentação consome muito tempo.

» **Se preparando.** A Eletrobras ainda não bateu o martelo em relação à estratégia de gestão da dívida, mas já se antecipou ao conceder mandatos ao Bank of America Merrill Lynch e ao Bradesco para a rolagem dos bônus no mercado. Procurada, a estatal informou que avalia “iniciativas e janelas de oportunidade”, mas que não assinou nenhum contrato para a operação, mas que tem tomado providências para eventual oferta.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/02/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Conselheiros privados do CNPE podem cair por ‘conflito de interesses’

Suspeita recai sobre nomeações feitas no último mês do governo Temer pelo então **ministro de Minas e Energia**

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) quer a anulação de atos que permitem a indicação de conselheiros de empresas privadas no órgão que define a política energética do País. A representação pede a suspensão da participação de Adriano Pires, Plínio Nastari e Carlos Otávio de Vasconcellos Quintella nas reuniões do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Entre os temas que passam por decisão desse conselho estão o leilão do óleo excedente da cessão onerosa, que deve render R\$ 100 bilhões à União, e a retomada das obras da usina nuclear de Angra 3, paralisadas por denúncias de corrupção. No documento, o procurador Júlio Marcelo de Oliveira aponta “graves vícios” na nomeação dos três consultores e “evidente conflito de interesses entre as atividades privadas que cada um deles exerce”. O procurador destaca que Nastari, Pires e Quintella “atuam intensamente no mundo privado” e são sócios de consultorias que prestam serviços para empresas do setor de energia, petróleo e gás. Nastari é sócio da Datagro, uma das principais consultorias na área de açúcar e álcool do País.

“Faço esse trabalho de forma voluntária e não comissionada por nenhum setor, empresa ou associação. Tenho total tranquilidade e não me preocupo.” Pires é diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, que presta serviços para empresas e associações de petróleo e gás. Ele afirmou aceitou convite para contribuir com o setor por meio de seu conhecimento técnico. “Vou acatar qualquer decisão.” Quintella é diretor executivo da FGV Energia e sócio de duas consultoria. Ele afirmou que desativou uma das empresas e mantém a outra apenas para emitir notas para instituições de ensino. “Não sou a favor de nenhum partido, mas sim de um Brasil melhor. Será um desperdício se deixarmos de integrar o conselho e de ajudar o País.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/02/2019

Seção: Economia

Autor: André Borges Anne Warth

Título: MP diz que edital do leilão da Norte-Sul favorece a Vale

Trecho de 1.537 km que será licitado em março está logo abaixo de outro de 720 km operado pela VLI, empresa da mineradora

O principal leilão de infraestrutura do governo Bolsonaro, a licitação da Ferrovia Norte- Sul, marcada para acontecer no próximo dia 28 de março, se baseia em um edital viciado, com condições que privilegiam a VLI, empresa de logística da mineradora Vale. A afirmação é do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU). “O edital dessa licitação, tal como está desenhada, favorece amplamente a empresa VLI e não acrescenta nada ao País”, afirmou ao Estado o procurador do MP, Júlio Marcelo de Oliveira, que ficou conhecido por sua atuação durante o processo que culminou nas chamadas “pedaladas fiscais” e levaram ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. O Brasil não concede uma ferrovia à iniciativa privada há 12 anos.

O leilão dos 1.537 km de extensão da estrada de ferro que corta o eixo central do Brasil, ligando Porto Nacional (TO) a Estrela D’Oeste (SP), é prioridade na agenda do governo Bolsonaro, com lance mínimo de R\$ 1,3 bilhão. Trata-se de um projeto defendido com mãos de ferro pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas. Nos últimos dias, Freitas declarou que o leilão da Norte-Sul está mantido. O lance mínimo para o leilão está previsto em R\$ 1,35 bilhão e os investimentos obrigatórios no prazo de dois anos são de R\$ 2,8 bilhões. Para Oliveira, que em agosto do ano passado já havia criticado o edital, o governo fez vista grossa e manteve um texto que restringe a competição de outros interessados e favorece a empresa da Vale.

Apesar de suas considerações, a área técnica do TCU, que também analisou a minuta do edital após o procurador, acabou não emitindo opinião sobre restrições de competição e aprovou o modelo. Oliveira afirma que a maior vantagem da VLI está no chamado “direito de passagem”, uma regra que obriga a concessionária de ferrovia a deixar que outras empresas passem por seu trecho. A Vale sairia na frente porque, segundo o procurador, já possui a operação de um trecho de 720 km da própria Norte-Sul desde 2007, logo acima do trecho que será concedido. Além disso, é dona da única saída portuária dessa mesma ferrovia pelo norte do País, caminho que passa pela Estrada de Ferro Carajás, chegando ao Porto de Barcarena, no Pará.

Na prática, a Vale seria a única dona de toda a malha central do País que corta o centro de seu maior polo de produção de minério de ferro, as minas de Carajás. A VLI é controlada pela Vale, em sociedade com as empresas Mitsui e Brookfield, com participação do fundo FI-FGTS. O governo nega irregularidades no edital e a VLI declara que o processo tem ocorrido com toda a transparência (ler mais abaixo). Monopólio. Na avaliação do MP de Contas, esse monopólio da Vale a fortalece na disputa, porque a regra do direito de passagem não foi acatada pelas empresas que já atuam no setor. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) impôs o direito de passagem de forma unilateral, mudando as regras dos contratos que já existem, o que poderia levar a questionamentos jurídicos.

Na opinião do procurador, esse fato retira a atratividade da licitação, já que não seria garantido que a Vale deixaria locomotivas de outras empresas percorrerem o trecho que hoje administra. A reportagem apurou que, só no ano passado, a cúpula dos Transportes do governo recebeu representantes da Vale, ou da VLI, 28 vezes para tratar de ferrovias. Na média, isso equivale a mais de duas reuniões por mês. No mesmo período, representantes do governo estiveram com executivos da empresa Rumo Logística em oito ocasiões.

O ministro da Infraestrutura afirmou que atendeu as empresas que pediram audiência e que a iniciativa não é do Programa de Parceria de Investimentos PPI, órgão que coordenava até o governo passado. O procurador critica ainda o fato de o edital não prever nenhum transporte de passageiros no trecho que cortará a região central do Brasil e que terá mais de 2.500 km de extensão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/02/2019

Seção: Economia

Autor: AB e AW

Título: ‘Ferrovia não é trajeto Londres-Paris’, argumenta ministro

Freitas critica parecer de procurador do MP sobre a Norte-Sul, que qualifica como ‘opinião dissonante, única e isolada’

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, criticou os apontamentos feitos pelo procurador Júlio Marcelo de Oliveira às regras do edital da Ferrovia Norte-Sul, negou privilégio a qualquer empresa e disse que se trata de “opinião dissonante, única e isolada” do representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União. Ao Estado, Freitas afirmou que as supostas fragilidades nas regras sobre direito de passagem apontadas pelo procurador “são uma bobagem” e que Oliveira adota uma postura “meio quixotesca” ao cobrar que a malha da Ferrovia-Norte, que somará mais de 2.200 km no eixo central do País, inclua viagens de passageiros e não apenas o transporte de carga.

“O Júlio Marcelo queria trem de passageiro lá, mas não tem demanda para isso. Ele imagina uma pessoa viajando, trabalhando em seu notebook e seu Wi-Fi, mas não estamos fazendo o trajeto de Londres a Paris. Na verdade, a gente está indo de Uruaçu (GO) a Porto Nacional (TO). Você já marcou uma festa com a sua família em Porto Nacional? Não? Eu também não. O que vai passar lá é carga, grão, líquido, fertilizante. É isso que temos de resolver, essa é a vocação da ferrovia”, disse. Tarcísio de Freitas, que antes de assumir o Ministério da Infraestrutura comandava a Secretaria do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), disse que o governo passou mais de dois anos trabalhando na proposta técnica e que esta foi referendada pelos auditores e ministros do TCU.

“O que ele coloca não são questões razoáveis, nem pertinentes, tanto é que o plenário derrubou.” Por meio de nota, a empresa de logística VLI, da mineradora Vale, negou ter qualquer tipo de vantagem para participar do leilão da Ferrovia Norte-Sul, afirmou que possui gestão própria, independente e conta com mais três acionistas além da Vale, as empresas Brookfield, Mitsui e FI-FGTS (fundo de investimento que usa recursos do FGTS para aplicar em infraestrutura), sendo que nenhum deles controla individualmente a companhia. Sobre o edital da Norte-Sul, declarou que se trata de um documento “público, transparente e aberto aos interessados em participar do processo de forma igualitária”.

Desde 2007, a VLI realizou transportes pontuais no trecho entre Anápolis e Porto Nacional, que será concedido, mas afirmou “trataram-se de duas prestações de serviço específicas para um usuário com planta produtiva em Anápolis e transportes pontuais de trilhos e locomotivas da própria VLI para tramo norte”. Em relação às reuniões entre executivos da VLI e autoridades do governo ocorridas no ano passado, como apurou a reportagem, a VLI afirmou que “trata-se de uma prática corriqueira e transparente envolvendo um

prestador de serviço público e representantes dos órgãos responsáveis por essa prestação de serviço” e que essas “interlocuções acontecem em ambientes formais e as agendas são divulgadas e públicas”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Fabio Serapião André Borges

Título: PF investiga excesso de água e falha na drenagem da barragem de Brumadinho

Tragédia em Minas. Investigadores buscam acesso aos dados de um radar da empresa, que monitorava a estrutura em tempo real, e de sensores, para investigar o papel da mineradora na tragédia; cinco engenheiros presos no dia 29 foram libertados ontem

Com base nos depoimentos e perícias feitos até agora, a Superintendência da Polícia Federal investiga como principal hipótese para o colapso da barragem de Brumadinho (MG) o acúmulo anormal de água e a falha no sistema de drenagem. Os investigadores buscam agora acesso a dados de um radar, que a cada três minutos produzia informações em tempo sobre a estrutura, e de sensores da Vale, para avançar nas conclusões. Essas informações, segundo relataram policiais ao Estado, são consideradas as peças centrais para verificar se houve ou não negligência por parte da Vale na tragédia que tinha, até ontem, 157 mortos e 182 desaparecidos. Na prática, podem apontar se ocorreram comportamentos incomuns na estrutura do Córrego do Feijão nos momentos que antecederam o rompimento, ou mesmo dias antes. A PF disse ao Estado que não teve acesso às informações.

O chamado “radar interferométrico” estava instalado no solo, fixado em uma área próxima da barragem de rejeito. Os demais sensores, “piezômetros”, ficavam instalados dentro da estrutura. As duas ferramentas são medidas de segurança utilizadas para reduzir riscos, com base no controle preciso de qualquer movimentação. A PF já tem a informação fornecida por um engenheiro da empresa que fiscalizava a barragem, de que, 15 dias antes do rompimento, foram captadas “discrepâncias” pelos sensores. O Estado questionou a Vale a respeito e solicitou acesso aos dados recolhidos nas 24 horas que antecederam o colapso, mas a empresa não deu informações sobre os equipamentos e negou acesso a dados. Limitou-se a informar que “se absterá

de fazer comentários sobre particularidades das investigações, de forma a preservar a apuração dos fatos pelas autoridades”.

Prisões. Presos no dia 29, os executivos da Vale Cesar Augusto Grandchamp, Ricardo de Oliveira e Rodrigo Artur Melo foram libertados ontem da Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem (MG). Também foram soltos, atendendo habeas corpus do Superior Tribunal de Justiça (STJ), os engenheiros terceirizados da consultoria alemã Tüv Süd que atestaram estabilidade da barragem, André Yassuda e Makoto Mamba. Nenhum deles falou na saída. Em depoimentos incluídos pela PF no inquérito que apura o rompimento, os técnicos da Tüv Süd deixam claro que a barragem da Vale vinha enfrentando problemas com excesso de água e medidas de drenagem desse material tinham de ser executadas. Segundo Namba, a Vale decidiu escolher uma nova alternativa tecnológica para retirar a água.

A empresa havia instalado drenos horizontais profundos (DHPs) com comprimentos de 100 metros. Em junho de 2018, um desses drenos causou um “fraturamento hidráulico” e “erosão”. Por causa desses problemas, a Tüv Süd orientou a Vale a adotar alternativa para drenar a água de nascentes sobre a barragem e de seu lençol freático. A empresa, segundo Namba, deu início a um processo licitatório para contratar fornecedor, que não teria sido concluído. Para especialistas, o atraso em obras poderia ser um “gatilho” para problemas de liquefação. Imagens de satélites, anexadas à investigação, apontam acúmulo de água incomum na estrutura, antes da tragédia.

“O que se espera em uma barragem de rejeito é a máxima capacidade de escoamento da água pelos sistemas de drenagem instalados, com o avanço do processo de consolidação do material, por ação exclusiva da expulsão de água dos vazios”, disse o presidente do Comitê Brasileiro de Barragens, Carlos Henrique Medeiros. “Não considero normal tal situação (vista nas imagens), principalmente em uma barragem desativada. E muitos já aprenderam a respeitar a ação da água nas estruturas.

Em nota, a Vale informou que, sobre os itens mencionados pela Tüv Süd, todos foram atendidos ainda em 2018. “Cabe reforçar que se tratavam de recomendações rotineiras em laudos deste gênero. É importante ressaltar que a Tüv Süd emitiu Declarações de Condição de Estabilidade após duas inspeções que realizou no ano passado, atestando a segurança física e hidráulica da barragem”, disse. / COLABORARAM ROBERTA JANSEN e LEONARDO AUGUSTO, ESPECIAL PARA O ESTADO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 08/02/2019****Seção: Metrópole****Autor: Giovana Girardi****Título: MP estuda ir à Justiça para desativar estruturas**

A promotora Andressa Lanchotti, que lidera a força-tarefa de investigação sobre o desastre de Mariana, disse que o Ministério Público de Minas estuda adotar medidas judiciais para garantir o descomissionamento (a desativação) de barragens que possam trazer algum risco à população ou ao ambiente. “Antes de Brumadinho, eu diria que não haveria nenhuma chance de uma medida assim ser acolhida, tanto que houve muita dificuldade para acolhimento das liminares de proibição de alteamentos à montante e construção à montante (no passado). Não havia esse sentimento, até da opinião pública, da necessidade de mudança e de aprimoramento imediato.”

“Não basta só descaracterizar as barragem (como foi determinado pela Secretaria do Meio Ambiente de Minas), mas tem de descomissionar, para deixar de ser um risco às pessoas e ao ambiente”, complementou ela, em entrevista coletiva sobre a reapresentação do projeto de lei Mar de Lama Nunca Mais à Assembleia Legislativa. Presente ao mesmo evento, o superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em Minas, Julio Cesar Dutra Grillo, afirmou que essas barragens já existentes são “uma espada pendurada sobre nossas cabeças”. Para ele, não são somente as estruturas à montante (como as que romperam em Mariana e Brumadinho) que têm de ser descomissionadas, mas todas as de rejeito que tenham potencial de dano. “Todas as barragens de rejeito construídas no processo de hoje correm risco de rompimento”, afirmou ele.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 08/02/2019****Seção: Metrópole****Autor:****Título: ‘País úmido, como o Brasil, não deveria ter barragem à montante’**

David Chambers, especialista em barragens da Universidade da Califórnia (EUA)

Alto risco de infiltração é o maior problema; lógica do custo não pode definir modelo de construção, diz geofísico americano

Especialista em barragens de mineração, o geofísico americano David Chambers, da Universidade da Califórnia (EUA), afirma que em países úmidos, como o Brasil, as barragens à montante não deveriam nunca ser utilizadas, por

causa do alto risco de infiltração. Essa técnica de construção, mais barata e considerada insegura pelos engenheiros, foi utilizada para erguer as estruturas onde houve rompimentos: em Mariana (2015) e Brumadinho (em janeiro deste ano). “Já ficou demonstrado que esse tipo de barragem oferece nível inaceitável de risco de colapso nessas regiões.” Ao Estado, ele afirma que haverá mais acidentes, se a construção de barragens for guiada pela redução de custos.

O rompimento da barragem de Brumadinho é uma surpresa?

Não estou surpreso. E vamos ver mais desabamentos como esse no futuro, se grandes mudanças não forem feitas. O mais importante é que precisamos mudar essa lógica em que o custo determina o modelo e a operação da barragem de rejeitos. A lógica é diferente, por exemplo, nas hidrelétricas, em que a barragem é considerada um bem. Na mineração, é um custo que se tenta minimizar, não um investimento.

E essa lógica existe em países do mundo todo?

No mundo todo é assim. Não se trata de um problema do Brasil ou dos países em desenvolvimento. A parte surpreendente (da tragédia em Brumadinho) é que se tratava de uma mina que não estava em operação. E também o fato de o colapso ter sido aparentemente tão instantâneo. Mas até haver barragens mais seguras não é surpresa esse tipo de desastre.

É comum ter instalações da empresa bem abaixo da barragem, como em Brumadinho?

Normalmente vemos as pessoas trabalhando em instalações acima das barragens, não abaixo, por precaução. Mas isso reflete a confiança da Vale no sentido de achar que a estrutura não ia colapsar.

Os colapsos de barragens vêm aumentando?

Nossas pesquisas mostram que o porcentual de colapsos é o mesmo nas últimas cinco décadas. O problema é que agora temos mais minas do que havia algumas décadas e elas são muito maiores.

O que pode ser feito para elevar a segurança das barragens?

Não podemos trazer o custo para essa equação. A lógica não pode ser como construir uma barragem mais barata. Nos países de clima muito úmido, como o Brasil, as barragens à montante são muito problemáticas. São construídas sobre os próprios rejeitos e, para isso, é preciso partir de algumas premissas. No caso de clima tão úmido, pode haver muitas variações nessas premissas. As barragens à montante devem ser proibidas em países em que as precipitações

excedem a evaporação, bem como em áreas de risco sísmico (no Chile, por exemplo, esse modelo já foi vetado). Já ficou demonstrado que esse tipo de barragem oferece nível inaceitável de risco de colapso nessas áreas./ R.J.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Aneel faz "pente-fino" para diminuir subsídios ciados a clientes de energia

Mercado Aberto

Grande parte dos consumidores de energia que recebem subsídios começou seu recadastramento para análise da manutenção dos benefícios, afirma André Pepitone, presidente da Aneel (agência regulatória do setor).

Alterar os incentivos, cujo financiamento é pago por um rateio na conta do s cliente s de energia, é uma das formas pelas quais o órgão pretende fazer a tarifa cair nos próximos anos.

“Não podemos ainda precisar quanto deverá ser revisto, é preciso aguardar a campanha das distribuidoras.”

Somente quem se enquadra na tarifa social não passará pelo pente-fino porque esse é um programa recente, com uma base de dados ainda atual, segundo ele.

Descontos para consumidores isolados e para energia incentivada representam mais de 70% da conta, que alcançou R\$ 20,3 bilhões em 2019.

Em outra frente, a agência prevê que até março haja autorização para um novo leilão de geração de energia. “Devemos trazer os órgãos de licenciamento ambiental desde o inventário de curso de água, no começo da elaboração do edital, e não só no fim do processo, o que tem causado impedância.”

Os geradores de energia aguardam a resolução de uma dívida bilionária derivada do risco hidrológico que acumularam nos últimos anos.

A questão é objeto de um projeto de lei que tramita no Congresso. A Aneel dá como certo que o texto vai ser aprovado e se organizou para poder dar andamento assim que isso acontecer.

“O projeto de lei traz diretrizes. Cabe à agência fazer os cálculos para identificarmos os valores e estender as outorgas dos geradores como compensação, que é o princípio da proposta no Congresso.”

Regra para casa com painel solar deve ser revista neste ano

As regras para o uso de painel solar em casa serão discutidas em três audiências públicas neste ano, em São Paulo, Brasília e Fortaleza. O custo provavelmente vai subir.

Hoje, as residências que geram parte de sua energia não pagam pelo uso da infraestrutura da concessionária, ainda que precisem do sistema para injetar e puxar energia.

Quando o regulamento foi lançado, não havia clientes assim, segundo André Pepitone, presidente da Aneel.

“Criou-se uma cultura no país, e era isso que a agência queria fomentar. Agora vamos avançar e o consumidor deverá remunerar o uso da rede.”

O órgão elegeu as regras da Califórnia como o modelo a ser seguido. Após o desenvolvimento da indústria, o estado dos EUA passou a cobrar pela estrutura das distribuidoras.

“As normas antigas serão mantidas para os que já estão conectados”, diz Pepitone.

LUZ E CÂMERA

A prefeitura de Bento Gonçalves (RS) prevê levantar cerca de R\$ 118 milhões em investimentos com a PPP (parceria público-privada) da iluminação pública do município.

O edital, que receberá até 14 de fevereiro as inscrições de investidores interessados, prevê a troca de 14 mil lâmpadas e a instalação de 100 câmeras de segurança. A duração do contrato poderá variar de 25 a 35 anos.

A remuneração da empresa vencedora virá da taxa que o município cobra dos moradores pela iluminação, reajustada em dezembro.

“Haverá migração dos pontos de luz para LED, mais econômicos, e a empresa vencedora deverá implementar um sistema digital que informará quando houver falha na iluminação”, diz o prefeito, Guilherme Pasin (PP).

“Teremos uma segunda renovação dos equipamentos durante a vigência da parceria.”

ELETRICIDADE PARANAENSE

A fabricante de transformadores e produtos elétricos Romagnole planeja investir cerca de R\$ 25 milhões em seu plano de expansão neste ano.

Os recursos serão aplicados em modernização do parque fabril no Paraná e processos de automatização e robotização de linhas de produção, segundo o executivo.

“Reduzimos os investimentos no ano passado por conta do crescimento fraco da economia, mas já sentimos um crescimento de demanda em 2019. Aumentamos em 15% os funcionários”, diz o presidente, Alexandre Romagnole.

A empresa aportou R\$ 16 milhões dos R\$ 25 milhões inicialmente previstos em 2018.

“Postergamos o lançamento de reguladores de tensão para este ano”, afirma ele.

“O setor elétrico tem uma demanda por investimentos em infraestrutura e as companhias de energia têm retomado os aportes, o que nos deixa otimistas.”

A previsão da Romagnole é crescer 24% neste ano.

com Felipe Gutierrez (interino), Igor Utsumi e Ivan Martínez-Vargas

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor:

Título: Senadores já têm assinaturas para criar CPI de Brumadinho

Mais da metade do Senado assinou requerimento para que seja instalada na Casa uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar as causas do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG).

Com assinatura de 44 dos 81 senadores, o requerimento para instalação da CPI de Brumadinho foi apresentado ao comando do Senado pelos senadores Otto Alencar (PSD-BA) e Carlos Viana (PSD-MG).

Uma comissão também deve ser instalada na Câmara. A CPI tem poderes de realizar diligências, convocar autoridades e tomar depoimentos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor:

Título: Vale se corrige e diz que não decidiu sobre exploração de rejeitos

Empresa afirmou, nesta quinta (7), que “não há, ainda, nenhuma decisão sobre a suspensão do reaproveitamento de rejeitos” economicamente. Na quarta (6), a empresa havia informado que não reprocessaria mais os rejeitos de mineração de suas barragens, mas mudou a informação agora. Desde 2016 a empresa dá sobrevida comercial a esses rejeitos ao extrair minérios finos que sobram do processo de mineração.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/02/2019

Seção: Mercado

Autor: Tais Hirata

Título: Doria vai aumentar tributos para compensar ICMS menor a setor aéreo

Henrique Meirelles diz, entretanto, que ainda não definiu produtos que terão imposto elevado

São Paulo- O secretário da Fazenda do governo paulista, Henrique Meirelles, afirmou nesta quinta-feira (7) que a redução fiscal dada às empresas aéreas deverá ser compensada pelo aumento de outros tributos.

Conforme a Folha antecipou, o governo de João Doria acatou uma antiga demanda do setor aéreo e concederá uma redução de 25% para 12% na alíquota de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) do querosene de aviação dos voos domésticos. O anúncio da medida foi feito nesta semana.

Em evento promovido pela XP Investimentos, Meirelles afirmou que o governo seguirá a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que significa que a redução tributária anunciada terá que ser compensada pela criação de outra fonte de receita

recorrente — ou seja, não poderá vir meramente do crescimento econômico ou de privatizações.

“Aumentar outro tipo de imposto, de outro produto, é uma alternativa. Tem duas alternativas, ou se cria outro aumento de receita recorrente, ou a vigência [da isenção] só no próximo ano. Possivelmente a primeira, mas ainda não está decidido”, disse ele a jornalistas após o evento, realizado em São Paulo.

Meirelles não especificou quais tipos de produto poderão ter o imposto elevado e disse que, assim que tivesse uma decisão, ela será anunciada. Para ele, o benefício fiscal faz sentido porque aumentará o número de voos no estado.

Ele também falou sobre as privatizações em avaliação pelo governo Doria — o grupo responsável por desestatizações na gestão se reuniu nesta semana pela primeira vez.

Em uma lista inicial, foram listados 29 ativos que poderão ser ofertados à iniciativa privada, seja com privatizações, seja com concessões. Entre os ativos, há concessões rodoviárias, que poderão ser renovadas, aeroportos regionais, a hidrovía Paraná-Tietê, presídios, entre outros.

Sobre o futuro da Sabesp, Meirelles voltou a manifestar a intenção do governo estadual de privatizar a companhia caso seja aprovado o novo marco regulatório do saneamento básico, que foi enviado ao Congresso no fim do 2018.

O texto facilita a privatização de concessionárias públicas e aumenta a competitividade de empresas privadas no mercado ao proibir que as estatais de saneamento possam assinar contratos com as prefeituras sem licitação.

Caso o projeto não seja aprovado, a gestão Doria deverá prosseguir com a proposta de capitalização da empresa encaminhada pelo governo anterior. Nesse modelo, seria criada uma controladora para a Sabesp e seriam ofertadas ações dessa holding ao setor privado, sem que o governo perdesse controle do grupo.

“Dentro da estrutura jurídica atual, o melhor é manter [a Sabesp] sob controle estatal sim, porque, se manter, há uma vantagem competitiva muito grande [a assinatura de contratos sem licitação]. Agora, mudada a estrutura jurídica, muda a melhor alternativa também”, disse.

A previsão é que a eventual capitalização gere R\$ 5 bilhões — dos quais R\$ 1 bilhão seria revertido para investimentos da Sabesp e R\$ 4 bilhões iriam para o estado. Já uma privatização da estatal renderia ao menos R\$ 10 bilhões.

Em relação à nomeação de dois ex-funcionários da Comgás para a diretoria da Arsesp (agência reguladora de saneamento e Energia do estado, responsável também pelo setor de gás), Meirelles disse que o governo quer evitar a captura das agências reguladoras.

Conforme relevado nesta quinta (7) pelo jornal Estado de S. Paulo, João Doria se reuniu com o presidente da Cosan, Rubens Ometto, no fim de janeiro, dias antes da escolha dos diretores. Ometto foi um dos maiores doadores individuais da campanha de Doria.

“Que que tem o Ometto? Eu nem sabia que o Ometto tinha alguma participação. Eu conheço o Ometto como empresário”, afirmou Meirelles.

Em nota, a Cosan disse que a indicação dos diretores é feita de forma independente e que “as doações eleitorais feitas pelo Sr. Rubens Ometto Silveira Mello foram realizadas em caráter pessoal e seguem as regras estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Flávia Oliveira

Título: Nem prevenir nem remediar

Há um ponto comum — e igualmente nefasto — nos desastres de Brumadinho, em janeiro, e carioca, ontem. São catástrofes repetidas, não por falta de aviso, conhecimento técnico ou recursos. Quisessem, a Vale, o Estado de Minas Gerais, a cidade do Rio de Janeiro, o Brasil poderiam ter evitado os mais de 300 óbitos pelo rompimento da barragem de Córrego do Feijão e as seis mortes em consequência da chuvarada de quase todo verão na capital fluminense. Mas experiências do passado nunca foram suficientes para evitar tragédias futuras. A regra aqui não é prevenir nem remediar; é esperar pela próxima ocorrência.

Em meados de 2018, o IBGE divulgou o Perfil dos Municípios Brasileiros. No trecho sobre gestão de riscos e respostas a desastres, a pesquisa mostrou que, em 2017, 1.729 cidades do país foram afetadas por alagamentos; do total, 1.075 já tinham passado pelo mesmíssimo problema em 2013. Os episódios são consequência direta de interferências na permeabilidade da água no solo — grandes áreas asfaltadas e cimentadas, por exemplo — ou de sistemas de drenagem deficientes, que dificultam o escoamento da chuva. Os cariocas ainda se lembram da cidade debaixo d'água nos primeiros meses da gestão do prefeito Marcelo Crivella, porque houve corte na verba de limpeza de bueiros.

Enchentes e enxurradas alcançaram 1.515 municípios brasileiros, praticamente um em cada quatro (27,2%). Do total, quase metade (712) já tinha experimentado o desastre anos antes. As enxurradas ou inundações são provocadas por chuvas intensas e concentradas que fazem canais de drenagem transbordar rapidamente e de forma imprevisível. Combinadas com ocupação urbana mal planejada, irregular e/ou em terrenos impróprios, levam aos escorregamentos com danos materiais e, principalmente, perdas humanas. Em 2017, o IBGE contabilizou deslizamentos em 833 cidades, das quais 423 viveram a repetição da tragédia.

O Estado do Rio foi cenário de um dos maiores desastres naturais da História do país —contou mais de 900 mortos e quase uma centena de desaparecidos nas enchentes na Região Serrana em 2011. Por isso, não deveria perder uma só vida em razão de chuvas. Mas aconteceu de novo. A capital tem 444 mil moradores em áreas de risco de desastres naturais, segundo o IBGE. Os alertas da Defesa Civil, por SMS, e do Centro de Operações, via redes sociais, não evitaram que seis pessoas morressem em decorrência da chuva. A população soube da chuva, mas a gestão da cidade não foi capaz de administrar o caos.

Em Brumadinho não foi diferente. Um par de relatórios de engenharia sobre as condições da barragem de Córrego do Feijão, em 2015 e 2018, apontava riscos variados. O primeiro fora entregue pela TUV SUD à Vale em agosto, três meses antes do rompimento em Mariana. Ou seja, antes de a barragem do Fundão dar fim ao Rio Doce, a companhia já tinha conhecimento dos problemas que ameaçavam o Paraopeba.

Depois de Mariana, o maior desastre ambiental da História do país, que deixou 19 mortos, entre eles 16 trabalhadores próprios ou terceirizados da Samarco/Vale, o Ministério Público do Trabalho investigou e apontou irregularidades e deficiências em medidas de prevenção e segurança da mão de obra. O MPT apresentou uma lista de recomendações, entre elas, verificar a estabilidade da mina, condições de higiene e segurança do trabalho, realizar estudos e projetos exigidos por órgãos fiscalizadores, indenizar as vítimas por dano moral coletivo. Estendidas a outras unidades, as ações poderiam ter evitado nova tragédia. Mas a empresa não aceitou o acordo administrativo, e a ação civil pública impetrada em outubro de 2017 na Vara do Trabalho de Ouro Preto continua em andamento.

No intervalo, a Vale trocou de presidente —Murilo Ferreira foi substituído por Fabio Schvartsman, em 2017—mas não de práticas. Prova disso é a tragédia ambiental e, sobretudo, humana em Brumadinho. Até ontem, havia 157 mortes confirmadas e 182 pessoas desaparecidas —a maioria esmagadora servia à mineradora e a seus fornecedores. Tornaram-se vítimas do maior acidente de

trabalho da História do país, tragédia evitável, não fosse o desprezo generalizado pela prevenção.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: 'VAI ACONTECER'

Quem acompanha a negociação para a venda da Braskem afirma que o negócio vai acontecer. Todas as partes querem a operação, e a Odebrecht, que detém 38,4% do capital, precisa de dinheiro para reduzir a dívida. Na Petrobras, com seus 36% das ações, o novo comando tem repetido que deseja vender ativos. Há compradores interessados. A holandesa Lyondell Basell é a que está mais próxima da compra, que deve envolver dinheiro e troca de ações. O negócio deve se aproximar dos R\$ 50 bi. Seria a maior aquisição de uma empresa estrangeira no Brasil, três vezes maior que a venda da Embraer.

Com Alvaro Gribel e Marcelo Loureiro (interinos)

A colunista está de férias.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/02/2019

Seção: O País

Autor: MATEUS COUTINHO E BELA MEGALE

Título: Geólogo sabia de risco 15 dias antes de rompimento

Em depoimento à PF, funcionário da Vale afirmou não ser 'normal' que até 25 de janeiro, quando a barragem estourou, nenhuma providência tenha sido adotada. Empresa diz que não houve registro de aumento do nível da água

O geólogo da Vale César Augusto Paulino Grandchamp admitiu, em depoimento à Polícia Federal no dia 31 de janeiro, que recebeu no dia 10 daquele mês um e-mail constatando anormalidade na leitura de um dos piezômetros, equipamento que mede a pressão nas barragens de rejeitos, da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho.

A estrutura se rompeu causando a morte de ao menos 157 pessoas. Há ainda 182 desaparecidos. De acordo com o geólogo, não é "normal" que, até o dia 25 de janeiro, quando ocorreu a tragédia, nenhuma providência tenha sido adotada pela mineradora.

“Que recebeu a leitura de um piezômetro que estava com anormalidade do dia 10/01/2019, em sua caixa de e-mails, sendo que a mensagem dava conta de que estavam analisando qual era o problema; que não é normal que uma leitura dessa, feita no dia 10, chegue ao dia 25 sem que alguma avaliação e providência efetiva seja adotada”, relata o documento ao qual O GLOBO teve acesso.

Grandchamp foi um dos três funcionários da Vale presos na semana passada no âmbito da investigação que apura os culpados pelo rompimento da barragem. Ele e os demais presos foram soltos ontem, dois dias após decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A PF já identificou trocas de e-mails entre funcionários da Vale e da empresa TÚV SÜD, responsável pelo laudo atestando a segurança da estrutura, que mostram que a mineradora já havia constatado as irregularidades nas medições dias antes do incidente.

Grandchamp disse ainda que não era o responsável pela área e nem tinha conhecimento técnico para conduzir o assunto, mas que os dados dos medidores foram encaminhados à Gerência de Geotecnia da Vale.

O geólogo também explicou que atua sob demanda na empresa, como uma “espécie de consultor”, que pode ser acionado para fiscalizar até 42 barragens da Vale.

O geólogo relatou que, em junho de 2018, seis meses antes do rompimento da barragem, houve um incidente na drenagem do reservatório que poderia provocar uma erosão. Segundo Grandchamp, na ocasião foram tomadas providências necessárias e pouco tempo depois os medidores voltaram a mostrar níveis de pressão normais. O geólogo também deixou claro que os superiores da mineradora tomaram conhecimento do episódio.

“Os fatos ocorridos em junho de 2018 foram reportados pelo declarante a Joaquim Toledo (gerente-executivo do Corredor Sudeste) que, por sua vez, reportou ao Diretor do Corredor Sudeste, Silmar (Magalhães); que Silmar é subordinado ao diretor-executivo Peter Poppinga, o qual é subordinado ao Presidente da VALE S/A.”

Ainda de acordo com ele, até a data do rompimento a Vale ainda não havia definido qual tecnologia usar para aprimorar a segurança na drenagem da barragem.

A mineradora declarou que está fazendo apurações internas e diz ter constatado que as mensagens ficaram restritas a integrantes do corpo técnico e operacional local da empresa (não foram enviadas a instâncias superiores). E que não houve registro de aumento do nível da água na seção principal da barragem. As auditorias de 2018, diz a empresa, atestaram a segurança.

VEÍCULO: O Globo**Data: 08/02/2019****Seção: O País****Autor: CAMILA BASTOS****Título: Justiça manda mineradora pagar R\$ 13,5 milhões por custos de resgate**

Atendendo apedido do governo de Minas Gerais, a Justiça determinou ontem que a mineradora Vale restitua o estado em R\$ 13,5 milhões. O valor foi gasto até agora com as buscas em Brumadinho, após o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, no último dia 25. Na decisão, o juiz Elton Pupo Nogueira, da 6- Vara de Fazenda Estadual, estabeleceu que o pagamento fosse feito com urgência.

Segundo o governo mineiro, o valor contabiliza gastos parciais do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil. A conta também inclui gastos com combustível e maquinário, como as 11 escavadeiras comuns, cinco pás carregadeiras, seis caminhões e cinco escavadeira anfíbias usadas ontem.

O número de pessoal destacado para as buscas também é grande: são 175 profissionais do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais e 120 de outros estados. A equipe ainda conta com 64 militares da Força Nacional e 15 voluntários.

Procurada, a empresa se manifestou por nota: “A Vale reitera o compromisso de adotar todas as medidas para recuperação dos impactos decorrentes do rompimento da Barragem de Feijão. Reconhece, ainda, o enorme esforço e a valiosa atuação coordenada de todas as instituições públicas, estaduais e federais, parte do processo de recuperação” (* Especial para O GLOBO).

VEÍCULO: O Globo**Data: 08/02/2019****Seção: Economia****Autor: BRUNO ROSA E RAMONA ORDONEZ****Título: Crise da Vale afeta mercado de minério de ferro**

Cotação da ‘commodity’ supera os US\$ 90 após paralisação de atividades de Brucutu, maior mina da Vale em MG, no maior patamar desde março de 2017. Empresa é retirada de índice de sustentabilidade da Bolsa

A interrupção das operações da Vale na mina de Brucutu, em Minas Gerais, trouxe ainda mais incertezas ao mercado de mineração e siderurgia, levando o preço do minério de ferro a uma nova alta, na faixa de US\$ 90, no maior patamar em dois anos.

As atividades haviam sido suspensas após decisão judicial que determinou a paralisação de barragens, inclusive a de Laranjeiras, usada nas operações de Brucutu. Na quarta-feira, o governo de Minas cancelou a autorização provisória para o funcionamento da barragem de Laranjeiras. A empresa informou que parar as operações de Brucutu significa impacto negativo na produção de minério de ferro de 30 milhões de toneladas. E comunicou que pode não conseguir cumprir as entregas a clientes.

A suspensão em Brucutu ocorre após a Vale anunciar que vai reduzir a produção em 40 milhões de toneladas ao ano com a paralisação de 19 barragens amontante em operação em Minas Gerais, a mesma técnica utilizada na de Brumadinho, que se rompeu, deixando 157 mortos.

Em Nova York e em Cingapura, o contrato do minério para fevereiro encerrou em US\$ 95,01 e US\$ 93,26, respectivamente. O mercado acionário na China está fechado em razão do feriado de Ano Novo. Segundo a S&P Global Platts, trata-se do maior patamar desde março de 2017, quando estava em US\$ 86.

PROCESSOS E MULTAS

Relatório da consultoria Oxford Economics ressalta o impacto no mercado de minério. O texto pondera que o impacto seria de curto prazo se o corte se restringisse ao anunciado anteriormente, mas os preços dos contratos para 2019 poderiam ser afetados com a decisão sobre Brucutu.

Na avaliação de Karel Luketic, analista-chefe da XP, o valor da commodity pode ficar em US\$ 90 ou acima disso por um período mais longo. Antes da tragédia, a perspectiva era que o preço do minério ficasse em torno de US\$ 65 por tonelada em 2019 e 2020.

— A decisão sobre Brucutu traz mais incerteza. O preço alto do minério de ferro, porém, pode compensar a redução na produção para a Vale. Anteontem, o Tribunal Regional Federal da 1a. Região negou recurso da Vale e manteve a proibição da operação de níquel da mina de Onça Puma, no Sul do Pará.

— A produção de minério de ferro da Vale será afetada em 70 milhões de toneladas. Mas há incerteza, pois não se sabe qual será o volume de processos e o nível das multas — destacou Filipe Villegas, da Genial Investimentos.

A Bolsa (B3) anunciou que a Vale será retirada a partir do dia 12 do Índice de Sustentabilidade Empresarial. A decisão leva em conta os efeitos da tragédia de Brumadinho.

Para Carlos Daltozo, analista da Eleven Financial Research, o corte de produção terá impacto negativo na economia.

— Se se aprofundar o processo de judicialização, toda a cadeia será afetada.

Felipe Beraldi, analista da Tendências, destaca que Brucutu é a maior mina da Vale em Minas Gerais: — É esperado um choque adicional nos preços do minério. Ainda que esteja um pouco incerto o prazo em que a mina ficará paralisada, o mercado tende a responder rapidamente a esses choques de oferta.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 08/02/2019

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Cade avalia privatização

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) está avaliando se a privatização da distribuidora Amazonas Energia, arrematada pelo consórcio entre a empresa Oliveira Energia e a Atem Distribuidora de Petróleo, pode representar concentração de mercado. O órgão, responsável por garantir a livre concorrência, entende a operação como complexa e levou em consideração uma petição da empresa Gopower, que atua no mercado de geradores de energia.

A concentração de mercado pode ter ocorrido com a aquisição pelo consórcio porque o mercado de energia do Amazonas é abastecido, na sua maior parte, por meio de termelétricas que utilizam diesel. Em vários municípios, são usados grandes geradores elétricos, que fornecem energia para todos os consumidores. De acordo com a petição disponível no site do Cade, as duas empresas que formam o consórcio atuam justamente nessas duas atividades.

A Oliveira Energia domina mais da metade do mercado de locação de geradores, enquanto a Atem é distribuidora de combustível, inclusive diesel, com forte atuação no estado do Amazonas. Assim, a concessão da distribuição da Amazonas Energia levará as consorciadas a controlarem toda a cadeia de distribuição de energia, do fornecimento do óleo diesel, passando pela locação de geradores e a própria geração, até a distribuição de energia elétrica ao consumidor final do Amazonas.

Quando a distribuidora Amazonas Energia era da Eletrobras, uma estatal, toda a escolha de fornecedores era realizada por meio de licitação. Agora, como

empresa privada, a companhia pode determinar de quem comprar diesel e de quem alugar os equipamentos. Na última licitação da Amazonas enquanto

empresa estatal, a Gopower foi a vencedora, por isso entrou com a petição pública e foi aceita como parte interessada.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 08/02/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Barragem do Paranoá requer intervenção

Visto, lido e ouvido

Esta coluna tem alertado há muito tempo para o perigo de um possível rompimento da Barragem do Paranoá. Antigos engenheiros que trabalharam e acompanharam a construção dessa importante barragem, lá pelos idos de 1959, haviam advertido para a possibilidade de colapso da represa, não só pela idade da obra, mas, sobretudo, pelo pouco caso dispensado pelas autoridades àquela construção.

Por volta do início dos anos 1990, o aumento de tráfego sobre a barragem causava preocupação para os técnicos em engenharia e conservação de estrutura. É sabido que a estrada sobre a Barragem do Paranoá foi construída com o único propósito de manutenção daquela represa e dos geradores de energia elétrica ali instalados, sendo que sua estrutura, em nenhuma hipótese, foi dimensionada para receber um tráfego tão intenso como o existente hoje.

Há poucos anos foi recomendado que a cobertura daquela pista fosse completamente retirada para a colocação de uma grossa malha de aço ao longo de toda sua extensão, para posteriormente ser coberta por uma generosa camada de concreto, permitindo uma sobrevida da estrutura. Não se sabe que fim tomou essa proposta. O fato é que passado mais de meio século e principalmente depois do intenso adensamento populacional ocorrido naquela região, milhares de carros passaram a cruzar a Barragem, nos dois sentidos, dia e noite. Com isso houve, além do encurtamento da vida útil daquela estrutura, já desviada de sua função primária, um aumento significativo de rompimento ou de outros defeitos de grande monta, capaz de acarretar um enorme e irreparável dano.

Com aproximadamente 500 milhões de metros cúbicos de água, um rompimento nessa estrutura iria necessariamente provocar um grande número de mortes e um desastre ainda maior para a própria capital, para seu micro clima, para a fauna e flora adjacentes, para o turismo e lazer, capaz de provocar um sério colapso, também, nas finanças da capital. A importância dada ao Lago

pelos idealizadores da capital é de tal significância que jamais pensaram inaugurar a cidade antes da conclusão do seu imenso espelho d'água. Sabiam eles da importância desse Lago não apenas para complemento paisagístico do brilhante projeto, mas sua utilidade para a vida cotidiana de seus moradores.

Ainda mesmo durante a Missão Cruls, em 1896, era anotado em relatório preparado para a instalação da futura capital: “É fácil compreender que, fechando essa brecha com uma obra de arte (dique ou tapagem provida de chapeletas e cujo comprimento não exceda quinhentos a seiscentos metros, nem a elevação de vinte a 25 metros), forçosamente a água tornará ao seu lugar primitivo e formará um lago navegável em todos os sentidos, num comprimento de vinte a 25 quilômetros sobre uma largura de dezesseis a dezoito.”

O recente desastre ocorrido em Brumadinho tem chamado a atenção de muitas autoridades para a eventualidade de acidentes em barragens espalhadas pelo Brasil. Aqui em Brasília, em boa hora, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) ajuizou ação civil pública contra o Distrito Federal, o Departamento de Estradas e Rodagens (DER) e a CEB Geração, para obrigá-los a construir uma nova ligação entre a DF-001 e a DF-025, deixando aquela via apenas para os trabalhos de manutenção da usina hidroelétrica.

MME / ASCOM .